



# ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

C.N.P.J. 46.570.800/0001-49  
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO-SP

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Ouidorioria: 0800-7220140

**Senhores Acionistas:** Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras, da Alfa Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia") relativas ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Companhia no exercício findo nesta data. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários. É indispensável traduzir o reconhecimento da Alfa Arrendamento Mercantil S.A. ao trabalho de seus funcionários, ao apoio de seus acionistas e, finalmente, à confiança de seus clientes e instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
<b>Disponibilidades</b>		2.680	2.827	<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>		1.079.214	1.189.249
<b>Instrumentos Financeiros</b>		917.888	814.906	Depósitos Interfinanceiros	8	607.638	786.569
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3	914.550	811.952	Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias, de Crédito e Similares	8	471.576	402.680
Títulos e Valores Mobiliários	4	3.338	2.954	<b>Provisões</b>		8.912	8.486
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	5	528.789	705.066	Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	9	8.912	8.486
<b>Provisões para Perdas Esperadas</b>				<b>Outros Passivos</b>	10	15.002	14.138
Associadas ao Risco de Crédito	5e	(4.994)	(5.299)	Obrigações Fiscais Diferidas	7b	31.570	18.004
<b>Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos</b>				<b>Patrimônio Líquido</b>	11	370.027	349.189
Outros Ativos	6	38.194	40.360	Capital Social		178.300	178.300
<b>Créditos Tributários</b>	7b	22.139	21.120	Reservas de Lucros		191.727	170.889
Imobilizado de Uso		396	433	<b>Passivo Total</b>		1.504.725	1.579.066
Intangível		410	404				
<b>Depreciações e Amortizações</b>		(668)	(642)				
<b>Ativo Total</b>		1.504.725	1.579.066				

	Nota Explicativa	2º Semestre 2023	Exercícios 2023	Exercícios 2022
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		101.287	205.723	148.289
Operações de Arrendamento Mercantil	5f	49.053	106.003	105.574
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	4c	52.234	99.720	42.715
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		(68.242)	(138.914)	(75.046)
Operações de Captação no Mercado		(68.242)	(139.503)	(85.372)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5e	379	589	10.326
<b>Resultado da Intermediação Financeira</b>		33.045	66.809	73.243
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		2.138	3.701	2.847
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias		12	32	88
Outras Receitas Operacionais	13a	2.126	3.669	2.759
<b>Principais Despesas Operacionais</b>		(11.211)	(20.649)	(22.951)
Despesas de Pessoal		(2.266)	(4.126)	(6.883)
Despesas Administrativas	13b	(2.247)	(4.234)	(2.891)
Despesas Tributárias		(4.517)	(9.095)	(8.295)
Outras Despesas Operacionais	13c	(2.181)	(3.194)	(4.882)
<b>Despesas de Provisões</b>		(2.321)	(3.595)	(3.455)
Provisões com Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis		(2.321)	(3.595)	(3.455)
<b>Resultado Operacional</b>		21.651	46.266	49.684
<b>Outras Receitas e Despesas não Operacionais</b>		(1)	2	40
<b>Resultado antes dos Tributos e Participações</b>		21.650	46.268	49.724
<b>Tributos e Participações sobre o Lucro</b>		(8.675)	(18.939)	(20.654)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	7a	(8.593)	(18.404)	(19.808)
Provisão para Imposto de Renda		(7.027)	(13.566)	(18.000)
Provisão para Contribuição Social		(2.159)	(5.857)	(6.210)
Ativo Fiscal Diferido		593	1.019	4.402
<b>Participação nos Lucros</b>		(282)	(535)	(846)
Empregados		(282)	(535)	(846)
<b>Lucro Líquido</b>		12.775	27.329	29.070
<b>Lucro Líquido por Ação</b>		623,63	1.334,09	1.419,08

Eventos	Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	178.300	148.723	29.070	327.023
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	-	-	29.070	29.070
Destinações:				
Reservas	-	22.166	(22.166)	-
Dividendos	-	-	(6.904)	(6.904)
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	178.300	170.889	-	349.189
Mutações do Exercício	-	22.166	-	22.166
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	178.300	170.889	-	349.189
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	-	-	27.329	27.329
Destinações:				
Reservas	-	20.838	(20.838)	-
Dividendos	-	-	(6.491)	(6.491)
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	178.300	191.727	-	370.027
Mutações do Exercício	-	20.838	-	20.838
<b>Saldos em 30/06/2023</b>	178.300	181.986	-	360.286
<b>Lucro Líquido do Semestre</b>	-	-	12.775	12.775
Destinações:				
Reservas	-	9.741	(9.741)	-
Dividendos	-	-	(3.034)	(3.034)
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	178.300	191.727	-	370.027
Mutações do Semestre	-	9.741	-	9.741

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - EM R\$ MIL

**1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOVAS NORMAS CONTÁBEIS**  
As demonstrações financeiras da Alfa Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia") foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 07/02/2024 e aprovadas na Reunião de Diretoria em 08/02/2024. Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/21, que dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e que entrará em vigor em 01/01/2025, a Companhia desenvolveu um plano de implementação da respectiva norma que versou sobre o estudo da regulamentação, definição da equipe do projeto, diagnóstico dos instrumentos financeiros impactados, escolha da metodologia de trabalho, definição da jornada a ser percorrida, montagem do cronograma, apresentação e aprovação da Diretoria e por fim submetido para aprovação ao Conselho de Administração. Haja vista as mudanças de conceitos, critérios e métodos, implicando em ajustes estruturais nos processos, sistemas e entorno tecnológico, que engloba regras e procedimentos específicos para o atendimento dos requerimentos da norma, o plano de implementação poderá sofrer alterações decorrentes da divulgação de novos normativos, prazos dos fornecedores e das discussões decorrentes de entendimentos. A Companhia está em atuação permanente e próxima com os seus prestadores de serviços de tecnologia para contribuir e monitorar o andamento do desenvolvimento das funcionalidades necessárias ao atendimento dos novos requerimentos. Resolução CMN nº 4.975/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 - R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. Esta Resolução entrará em vigor em 01/01/2025. Em novembro de 2022, o Banco Safra e a Administradora Fortaleza firmaram acordo para aquisição da totalidade das ações que a Administradora Fortaleza possuía nas empresas do Conglomerado Alfa ("Contrato"). Após aprovação pelas autoridades competentes, a transação foi concluída em 10 de outubro de 2023, com o pagamento integral no montante de R\$ 1.078 milhões. O valor global da operação (i) foi baseado em uma avaliação de 0,70x do patrimônio líquido de cada uma das sociedades operacionais que fazem parte do Conglomerado Alfa na data-base de 31 de agosto de 2023, acrescido da posição de caixa na Alfa Holdings, Consórcio Alfa e Corumbal Participações e Administração Ltda.; e (ii) observou determinados ajustes previstos no Contrato, para refletir a variação patrimonial das empresas que fazem parte da operação. Em 06 de novembro de 2023, o Banco Central do Brasil, emitiu o ofício aprovando a transferência do controle societário do Banco Alfa de Investimento S.A. Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., em conjunto, Conglomerado Alfa, para o Banco Safra S.A., sendo a partir dessa data, o Banco Safra Instituição Líder das empresas do Conglomerado Alfa.

**2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
Seguem abaixo as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras: **a) Auração do Resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de arrendamento mercantil vendidas são reconhecidas até o 59º dia como receita, e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art. 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999. **b) Ativo Circulante e Não Circulante:** Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002. Os contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelo valor contratual, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar de arrendamento, corrigidos de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento, cujo efeito de correção é nulo no resultado. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 (notas explicativas nº 5d e 5e). **c) Títulos e Valores Mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068 de 08/11/2001, em títulos para negociação. Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem avari e frequentemente negociados. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata dia*, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado especializadas na divulgação deste tipo de informação, e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço. **d) Ativo Permanente:** Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, considerando os seguintes aspectos: **d.1)** Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: veículos e equipamentos de processamento de dados 20% e demais itens 10%. **d.2) Amortização,** basicamente, representado por beneficiários em imóveis de terceiros e programas de processamento de dados, calculada pelo método linear.

**e) Operações de Arrendamento Mercantil:** A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, de 27/07/1984 do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou pré-fixada e seu contabilização de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue: **i)** O saldo de arrendamentos a receber está representado pelos valores das prestações a receber no prazo do contrato, atualizadas monetariamente de acordo com os índices e critérios estabelecidos contratualmente, deduzidos pelas rendas de arrendamento a apropriar as quais são representadas pelas prestações a receber no prazo do contrato e são atualizadas monetariamente na forma dos arrendamentos a receber. A apropriação ao resultado é efetuada no momento em que as contraprestações se tornam exigíveis; **ii)** Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG) são registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em "Operações de arrendamento mercantil" até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999. **iii)** Imobilizado de arrendamento - Depreciação dos bens arrendados: calculada pelo método linear, às taxas permitidas pela Legislação Fiscal com redução de 30% na vida útil do bem quando realizadas com pessoas jurídicas e obedecem às Portarias nº 431 de 23/12/1987 e nº 113 de 23/02/1988. As taxas anuais de depreciação, sem consideração da referida dedução, são: máquinas e equipamentos de 10% a 30%, veículos e afins de 20% a 25% e outros bens de 4% a 20%. Quando do exercício da opção de compra, caso a diferença entre o custo de aquisição e o valor da depreciação acumulada for maior que o valor residual pago pelo arrendatário, tal excesso é transferido para a conta perdas de arrendamento a amortizar, para amortização pelo restante do prazo da vida útil normal do bem; se, entretanto, for menor, será reconhecido como receita de acordo com a Portaria nº 564 do Ministério da Fazenda. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente. Em decorrência da aplicação da Resolução nº 4.534 emitida em 24/11/2016 cujos requerimentos para os ativos diferidos se aplicam a partir da data de emissão da norma, as perdas em arrendamentos foram reclassificadas para o ativo imobilizado de arrendamento. **iv)** Superveniência (insuficiência) de depreciação: os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumários nos itens "i" a "iii" acima diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429, de 20/01/1989, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Imobilizado de Arrendamento (nota explicativa nº 5), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. **f) Passivo Circulante e Não Circulante:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. **g) Impostos e Contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas:

	Imposto de Renda (I)	Contribuição Social (II)	PIS	Cofins	ISS (III)
Instituições Financeiras	25%	15%	0,65%	4%	5%

**i)** Imposto de Renda: Inclui alíquota adicional de 10%. **ii)** Contribuição Social: A Lei nº 7.689/88 (com redação dada pela Lei nº 14.183/21) definiu a alíquota da Contribuição Social de 20% para os bancos de qualquer espécie e de 15% para as demais Instituições Financeiras; e **iii)** ISS: Aplicável sobre receitas de prestação de serviços. Também é observada pela Companhia a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 7b). **h) Ativos e Passivos Contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da

Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009 e Carta-circular BACEN nº 3.429, de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros. **1. Ativos Contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. **2. Passivos Contingentes** - Fiscais, Previdenciárias, Cíveis, Trabalhistas (nota explicativa nº 9) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária e risco de crédito em cobrições e garantias prestadas. Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança. **i) Estimativas Contábeis:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com: **\*** Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 5e); **\*** Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 7b); **\*** Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 9). A validade dos critérios utilizados e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados. **j) Moeda Funcional e de Apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo. **k) Resultado recorrente/não recorrente:** As políticas internas da Companhia consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Companhia previsto em seu Estatuto Social. Além disto, a Administração da empresa considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos próximos anos. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido da Companhia no exercício de 2023, no montante de R\$ 27.329, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

**3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**  
A Companhia possui Certificados de Depósitos Interfinanceiros com empresas do Conglomerado Alfa no montante total de R\$ 914.550 (31/12/2022 R\$ 811.952) com taxas indexadas a 100% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimento até 31/01/2024.

**4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
**a) Composição de títulos e valores mobiliários:**

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos do tesouro nacional - LFT	1.797	1.768
Títulos livres	1.797	1.768
Títulos do tesouro nacional - LFT	1.541	1.186
Títulos vinculados	1.541	1.186
<b>Total Geral</b>	<b>3.338</b>	<b>2.954</b>

**b) Classificação de Títulos e Valores Mobiliários por Categoria e Vencimento:**

	31/12/2023		31/12/2022	
Títulos para negociação (I)	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
1.080 dias contábil custo (II) a mercado contábil custo (II) a mercado	361	10,8	361	12,2
Títulos do tesouro nacional - LFT	3.338	3,338	3.336	2
2	2.954	2.953	1	

**i)** Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.  
**ii)** Valor de Custo: Representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**"Títulos para Negociação":** o valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foi obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

**c) Rendas de operações de títulos e valores mobiliários**

	2º semestre 2023	Exercícios 2023	Exercícios 2022
Resultado com Títulos de Renda Fixa	52.041	99.312	42.387
Resultado com marcação a mercado	193	408	328
<b>Total</b>	<b>52.234</b>	<b>99.720</b>	<b>42.715</b>

**5. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL**  
A carteira está representada pelas operações de leasing financeiro, demonstradas pelo valor presente dos contratos, cujo saldo totalizava R\$ 528.789 (31/12/2022 R\$ 705.066) na data do balanço. A Companhia realiza operações de captação através de "Letras de arrendamento mercantil", conforme nota explicativa nº 8.

**a) Composição das operações apresentadas nas diversas contas patrimoniais**

	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamento financeiro exceto veículos automotores	516.216	689.864
Arrendamento financeiro de veículos automotores	12.573	15.202
<b>Total</b>	<b>528.789</b>	<b>705.066</b>

**b) Composição da carteira por faixas de vencimento**

	31/12/2023				31/12/2022			
Parcelas por faixas de vencimento	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
a vencer até 180 dias	133.115	1.129	134.244	25,4	141.744	-	141.744	20,1
a vencer de 181 a 360 dias	114.669	1.035	115.704	21,9	128.234	-	128.234	18,2
a vencer acima de 360 dias	273.590	4.019	277.609	52,5	435.088	-	435.088	61,7
<b>Total vincendas</b>	<b>521.374</b>	<b>6.183</b>	<b>527.557</b>	<b>99,8</b>	<b>705.066</b>	<b>-</b>	<b>705.066</b>	<b>100,0</b>
vencidas até 60 dias	-	1.232	1.232	0,2	-	-	-	-
<b>Total vencidas</b>	<b>-</b>	<b>1.232</b>	<b>1.232</b>	<b>0,2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total da carteira</b>								



# ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

C.N.P.J. 46.570.800/0001-49  
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO-SP

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - EM R\$ MIL

Ouvidoria: 0800-7220140

(a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial. As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável. Essas provisões encontram-se registradas na rubrica "provisão para passivos contingentes", e levam em conta as datas esperadas de pagamento. A Companhia possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do Conselho Monetário Nacional, no montante de R\$ 11.285 (31/12/2022 R\$ 10.381).

(b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por ex-funcionários, terceirizados e entidades ou órgãos representativos que buscam obter indenizações referentes a pretensões direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada no longo prazo na rubrica "provisão para passivos contingentes". As ações de natureza trabalhista para as quais foi constituída provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia. As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 96 (31/12/2022 R\$ zero) na data destas demonstrações financeiras. (c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados, revisionais de juros e/ou atualização e indenizações por danos materiais e/ou morais. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "provisão para passivos contingentes" e leva em conta as datas esperadas de pagamentos. Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações com risco de contingência e seu histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável. As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 15.147 (31/12/2022 R\$ 14.933) na data destas demonstrações financeiras, representadas principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

### 10. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2023	31/12/2022
Fiscais e previdenciárias	10.088	7.860
Sociais e estatutárias	3.195	4.718
Provisões de despesas de pessoal e administrativa	1.685	1.441
Outros	34	119
<b>Total (i)</b>	<b>15.002</b>	<b>14.138</b>

(i) Saldos registrados no circulante.

### 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital social:** Está dividido em 20.485.056 de ações nominativas, sendo 12.291.033 de ações ordinárias e 8.194.023 de ações preferenciais, sem valor nominal. (b) **Dividendos:** O Estatuto prevê dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo às ações preferenciais, prioridade no recebimento de um dividendo anual de 6% a.a. sobre o valor nominal do capital correspondente a essas ações. O pagamento desses dividendos está vinculado à deliberação da Assembleia Geral. Para o exercício de 2023, foi aprovado a título de dividendos o valor de R\$ 6.491 (2022 R\$ 6.904), correspondendo ao valor bruto de R\$ 179.93 (2022 R\$ 213.56) e R\$ 522,24 (2022 R\$ 522,24) por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, respectivamente. (c) **Índice de Capital:** O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.955/21, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente, através da Resolução nº 4.958/21, instituiu apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a partir de novembro de 2023, o controle acionário da Companhia passou a ser do Banco Safra S.A., portanto, o índice de capital passou a ser calculado pelo Banco Safra S.A.

### 12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com empresas ligadas, conforme demonstramos a seguir:

	Exercícios			
	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
<b>Ativos</b>	<b>Ativos</b>	<b>Receitas</b>	<b>Receitas</b>	
(Passivos)	(Passivos)	(Despesas)	(Despesas)	
<b>Disponibilidades</b>	<b>2.584</b>	<b>2.738</b>	-	-
- <b>Outras partes relacionadas (1)</b>	<b>2.584</b>	<b>2.738</b>	-	-
Banco Alfa S.A.	2.584	2.738	-	-
<b>Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros</b>	<b>306.912</b>	<b>25.383</b>	<b>22.940</b>	<b>(18.531)</b>
- <b>Controladora</b>	<b>306.912</b>	<b>25.383</b>	<b>22.940</b>	<b>(18.531)</b>
Banco Alfa de Investimento S.A.	306.912	25.383	22.940	(18.531)
<b>Dividendos</b>	<b>(3.034)</b>	<b>(4.246)</b>	-	-
- <b>Controladoras</b>	<b>(3.034)</b>	<b>(4.246)</b>	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(1.015)	(2.043)	-	-
Bri Participações Ltda.	(2.019)	(2.203)	-	-
<b>Recursos de emissão de títulos</b>	<b>(117.483)</b>	<b>(104.171)</b>	<b>(14.005)</b>	<b>(4.103)</b>
- <b>Controladora</b>	<b>(70.164)</b>	<b>(61.800)</b>	<b>(8.364)</b>	<b>(2.500)</b>
Bri Participações Ltda.	(70.164)	(61.800)	(8.364)	(2.500)
- <b>Outras partes relacionadas (1)</b>	<b>(47.319)</b>	<b>(42.371)</b>	<b>(5.641)</b>	<b>(1.603)</b>
Alfa Holdings S.A.	(5.840)	(5.144)	(696)	(194)
Consórcio Alfa de Administração S.A.	(30.450)	(26.821)	(3.630)	(961)
Corumbal Participações e Administração Ltda.	(11.029)	(9.714)	(1.315)	(363)
Pessoa Física	-	(692)	-	(85)
<b>Outras transações (2)</b>	<b>(157)</b>	<b>(73)</b>	-	-
- <b>Controladora</b>	<b>(157)</b>	<b>(73)</b>	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(157)	(73)	-	-

(1) Realizadas com pessoas físicas e jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas. (2) Os ressarcimentos de custos referem-se, basicamente, à sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes e serviços.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração para a Diretoria. No exercício, o montante registrado foi de R\$ 1.676 (2022 R\$ 1.409) para a Diretoria. A Companhia não possui para o pessoal-chave da Administração benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho. b.1) Em 29/10/2018 o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº 4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019 as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber: • Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito; • Artigo 7º: Limites - O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais: a) 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e b) 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

### 13. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a) Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2023	Exercícios 2023	2022
Variação monetária de tributos a compensar e depósitos judiciais	1.020	2.145	2.000
Reversão Provisões Operacionais	315	709	432
Reversão provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	788	798	300
Outras receitas	3	17	27
<b>Total</b>	<b>2.126</b>	<b>3.669</b>	<b>2.759</b>

#### b) Despesas administrativas

	2º Semestre 2023	Exercícios 2023	2022
Aluguel	(932)	(1.604)	(689)
Processamento de dados	(636)	(1.189)	(977)
Serviço de terceiros	(432)	(691)	(618)
Contribuições e associações	(40)	(368)	(204)
Serviço do sistema financeiro	(87)	(163)	(117)
Comunicações	(47)	(63)	(72)
Depreciação / amortização	(29)	(60)	(91)
Promoções, propaganda, publicidade, publicações	(21)	(53)	(65)
Outras despesas administrativas	(23)	(43)	(58)
<b>Total</b>	<b>(2.247)</b>	<b>(4.234)</b>	<b>(2.891)</b>

#### c) - Outras despesas operacionais

	2º semestre 2023	Exercícios 2023	2022
Processos Operacionais	(346)	(959)	(337)
Despesas Decorrentes de Créditos Inadimplentes	(24)	(229)	(84)
Descontos Concedidos	-	-	(4.455)
Variação Monetária	(1.806)	(1.965)	-
Outras	(5)	(41)	(6)
<b>Total</b>	<b>(2.181)</b>	<b>(3.194)</b>	<b>(4.882)</b>

d) **Resultado não operacional:** Representado basicamente por lucro na alienação de bens não de uso. e) **Contratação de Seguros:** O Conglomerado Alfa tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado Alfa tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros do Conglomerado Alfa totalizava R\$ 116.477 (31/12/2022 R\$ 117.196) para suprir eventuais danos ao Conglomerado Alfa.

#### 14. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, apresentada na demonstração dos fluxos de caixa está constituído por:

	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
No início do semestre/exercícios	833.676	814.779	18.516
Disponibilidade	5.455	2.827	4.006
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	828.221	811.952	14.510
No final do semestre/exercícios	917.230	917.230	814.779
Disponibilidade	2.680	2.680	2.827
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	914.550	914.550	811.952
Aumento de caixa e equivalente de caixa	83.554	102.451	796.263

(i) Refere-se às operações cujo vencimento na data da aplicação era igual ou inferior a 90 dias.

### DIRETORIA

**FABIO ALBERTO AMOROSINO**  
Diretor Presidente

**ANTONIO JOSÉ AMBROZANO NETO**  
Diretor

**FABIANO SIQUEIRA DE OLIVEIRA**  
Diretor

### CONTADORA

**ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS**  
CRC 1SP232846/O-2

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria da

Alfa Arrendamento Mercantil S.A. São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alfa Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou,

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2024



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP027683/O-6

**Guilherme Zuppo Ventura Diaz**  
Contador CRC 1SP294326/O-3

